

A Ordem que a advocacia quer

» DÉLIO LINS E SILVA JR.

Presidente da Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



A mais hábil das missões, ao longo da história da humanidade, pode ser resumida em fazer gente que pensa diferente trabalhar em conjunto. Estamos iniciando um novo triênio na direção da OAB Nacional e das 27 Seccionais e de suas Subseções. Seja aqui, no Distrito Federal, seja em qualquer parte do país, para 1,3 milhão de advogadas e advogados, dentro de um ambiente de polarização política em que se intensificam as diferenças ideológicas, é preciso não perder o foco. A Ordem que a advocacia quer é a que trabalha pela categoria e tem sinergia com a sociedade na defesa de garantias constitucionais. Assim as palavras do presidente Beto Simonetti, na sua posse, sobre independência da instituição, dão o tom e são o mantra para nós, dirigentes dentro do sistema OAB.

Tenho percorrido as Subseções do DF, desde este início de 2022, para falar sobre a integração das nossas representações da OAB. A pandemia nos fez acelerar os processos em implementação de serviços para uma profissão cada vez mais dinâmica e que exige respostas práticas e soluções para os seus desafios cotidianos. Todas as profissões estão em transformação nesta sociedade em ebulição, mas dentre elas o exercício de lidar com direitos de cidadania, com a harmonia das relações interpessoais e, também, com outras situações que envolvem pessoas e instituições privadas e públicas exige tenacidade — o profissional tenaz é o que não desiste, estuda e trabalha até alcançar o seu objetivo.

Portanto, a Ordem tem de apoiar e estimular a tenacidade: enxergar que a advocacia abriga

peças diversas, plurais, com objetivos distintos e que buscam realizar diferentes projetos de vida. O desafio institucional de hoje é sem precedentes, considerando a sociedade em que vivemos. A Era da Informação é marcada pelas novas tecnologias e pela popularização da internet e está acelerando transformações culturais, comportamentais, de consumo e sociais.

Considero que, para realizarmos bem os nossos propósitos, temos de dar celeridade a uma ação conjunta para efetivar ações em prol da exigência da formação (graduação e pós-graduação) de qualidade. Já há iniciativas importantes em andamento e precisamos reforçar um plano comum para exigir que permaneçam os cursos que realmente formam profissionais. Paralelamente, temos de fortalecer as nossas Escolas de Advocacia. Ainda: Exame da Ordem é o que garante que exercerão a profissão os que estão preparados para servir bem os cidadãos, as instituições e o país. Precisa ser fortalecido como pilar que encerra um ciclo de ensino, aprovação, inserção no mercado. Depois, temos a disputa profissional, que precisa ser ética.

Não permitir a vulgarização do exercício profissional ou a sedução fácil no marketing digital, por exemplo, vai requerer esforços individuais e coletivos. Temos de nos ocupar disso. O novo provimento da publicidade veio em boa hora para compreender as novas tecnologias, mas não é um território sem lei. É, antes, uma organização que precisávamos para ampliar o conhecimento sobre direitos e exercício profissional.

Por fim, indispensável falar que temos de fazer

valer as prerrogativas da profissão. Nunca vivenciamos tantas dificuldades com o acesso aos magistrados como agora. Advogar é estar em paridade com o Ministério Público e com magistrados. O primeiro ato prático de Simonetti foi levar ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, uma carta assinada pela nova Diretoria da OAB Nacional e pelo Colégio de Presidentes dos Conselhos Seccionais, documento em que requeremos a uniformização dos procedimentos do Poder Judiciário em relação à abertura das unidades judiciais pelo Brasil. Fux acolheu a carta e solicitou apoio das Seccionais da OAB para mapear os problemas.

Já fizemos, no Distrito Federal, em 2020, um mapeamento a partir da queixa recorrente de advogados e de advogadas sobre essa dificuldade de acesso aos magistrados. Apuramos 145 cartórios e gabinetes nos tribunais com jurisdição no Distrito Federal e nas cortes superiores atuando com as portas fechadas para a advocacia — eram 36,36% de um total de 399 serventias avaliadas pela Seccional. Faremos novo levantamento. Atualizaremos as informações, tendo essa base comparativa.

Outra iniciativa relevante a comentar: lançamos e já demos início às aulas da nossa Escola de Prerrogativas. Estamos agindo na capacitação das Comissões da Seccional e das diretorias e das Comissões das Subseções. Isso é fundamental, pois o conhecimento é o que realmente empodera os profissionais. Esperamos que essa ação inspire mais projetos nessa linha. Afinal, a Ordem que a advocacia quer é a que trabalha ativamente, dia e noite, pelo fortalecimento da profissão.

Indústria farmacêutica: ativo estratégico do Brasil

» NELSON MUSSOLINI

Presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) e membro do Conselho Nacional de Saúde

O papel desempenhado pelo Brasil no esforço mundial de pesquisa e produção de vacinas contra a covid-19, como um player importante nas pesquisas clínicas e na fabricação de imunizantes em larga escala, atesta a qualificação de indústrias, centros de pesquisa, hospitais e profissionais que atuam no país. Em outras palavras, o futuro da indústria farmacêutica no Brasil já começou, está sendo construído aqui e agora.

Empresas farmacêuticas de capital nacional mantêm parcerias com universidades que resultaram na descoberta de princípios ativos e medicamentos inovadores, exportados para diversos países. Paralelamente, farmacêuticas internacionais realizam aqui pesquisas clínicas de produtos de última geração.

Mas ainda falta uma política de Estado, um plano de longo alcance que permita ao país explorar o grande potencial da área farmacêutica como vetor de desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social.

É preciso, também, superar algumas ideias antiquadas e impregnadas de ideologia, que impedem avanços que poderiam ser concretizados no curto prazo. A incompreensão acerca do papel da propriedade intelectual é uma delas.

Líderes políticos e da área da Saúde ainda persistem na suposição de que a quebra de patentes, mesmo que temporária, pode estimular a produção de medicamentos e vacinas e ampliar o acesso da população a bens essenciais para a saúde pública.

Um grande equívoco, pois, como o enfrentamento da covid-19 no Brasil demonstrou, o controle da pandemia só foi possível graças às negociações de transferência de tecnologia entre indústrias farmacêuticas nacionais e internacionais, laboratórios públicos, centros de pesquisa e autoridades brasileiras e mundiais, para realização de pesquisas clínicas e a produção no Brasil de vacinas contra a covid-19.

Não foi um êxito casual. Esta é a regra. No Brasil e no mundo, respeitar os direitos de propriedade intelectual é fundamental para o desenvolvimento e a oferta de novos medicamentos e vacinas e o fortalecimento do sistema de ensaios clínicos, por causa da complexidade desses processos, de suas longas e incertas etapas de desenvolvimento e dos altos custos envolvidos.

“Transpor o ‘vale da morte’ e fazer do Brasil um celeiro de novas descobertas” na área farmacêutica e da saúde é um grande desafio, como assinalou em artigo, recentemente, o respeitado médico infectologista e professor da USP, Esper Kallás. E sem segurança jurídica e regras estáveis isso é praticamente impossível.

Por exemplo: o Brasil tem tradição e experiência em ensaios clínicos; possui pesquisadores, hospitais e centros de pesquisa de renome internacional. E, no entanto, o país perde investimentos de mais de R\$ 2 bilhões todos os anos por causa da burocracia desnecessária e de dispositivos que, por gerarem insegurança jurídica, afastam os patrocinadores das pesquisas clínicas. Não se defende aqui a retirada de direitos dos indivíduos das pesquisas, mas a modernização do marco regulatório.

Oitavo mercado farmacêutico do mundo — e projeções de que passará para a quinta posição global em 2023 —, o Brasil produz medicamentos de alta qualidade, tem grande capacidade instalada e, aos poucos, vai acumulando patentes de produtos inovadores. Além disso, seu sistema público e privado de saúde é amplo e uma referência de atendimento universal e o potencial de consumo de sua população é enorme. Por isso, as principais empresas do setor estão aqui instaladas e têm planos de expansão. Contudo, como a atual crise sanitária mostrou, isso não é suficiente.

Tendo em vista sua condição privilegiada na área farmacêutica e da Saúde, o país pode e deve sonhar mais alto, tanto para suprir suas necessidades, quanto para aproveitar as oportunidades que o contexto internacional pós-pandemia oferece em nosso continente. Trata-se de um mercado de muitos bilhões de dólares.

Para a sociedade brasileira e o futuro do Brasil, relançar o país como um importante desenvolvedor e produtor de medicamentos sintéticos e biológicos inovadores, vacinas e outros produtos farmacêuticos é um objetivo estratégico e prioritário. Por isso, essa meta deveria constar dos programas de governo de todos os candidatos à Presidência da República nas eleições deste ano.

A comunicação por satélite pavimentará o futuro digital do Brasil

» MIGUEL ÁNGEL PANDURO

Engenheiro de telecomunicação e CEO da Hispasat

A extensão territorial, sua diversidade cultural e geográfica e uma economia, ao mesmo tempo, resiliente e dinâmica são alguns dos fatores que fizeram do Brasil um dos países mais promissores do mundo para as soluções de comunicação via satélite. Desde que o setor de telecomunicações foi aberto para a iniciativa privada, no fim do século passado, venho testemunhando os inúmeros avanços que a comunicação via satélite proporcionou aos brasileiros. A partir dessa tecnologia milhões de pessoas tiveram acesso facilitado ao enorme conteúdo provido pelas emissoras de televisão, extensas zonas rurais foram dotadas de conectividade, o que as permite acesso à internet e muitos outros usos, como o desenvolvimento de milhares de pessoas por meio do ensino a distância ou da telessaúde.

Como executivo de uma das principais operadoras de satélite do mundo e com forte atuação na América Latina, conheço bem o Brasil e fui um dos pioneiros a defender investimentos no país. Com efeito, adquirimos em 2001 os direitos da banda Ku da posição orbital 61° Oeste, da soberania brasileira. Foi uma decisão acertada.

Mais de 20 anos depois, embora não mais morando no Brasil, permaneço entusiasmado com seu

potencial no âmbito das telecomunicações. Tanto que, no final de 2021, aumentamos nossa participação na filial Hispamar Satélites, passando a deter a integralidade do capital, em sinal inequívoco de nossa confiança e otimismo com o Brasil, seja para os negócios quanto para o desenvolvimento humano de milhões de brasileiros.

Acreditamos que a comunicação via satélite será o motor da conectividade digital no Brasil e peça fundamental para a distribuição de conteúdo audiovisual no país. Por isso investimos cerca de R\$ 10 bilhões na América Latina nestes 20 anos para estabelecer uma infraestrutura de satélites de ponta e continuaremos investindo para ser um grande parceiro para o desenvolvimento brasileiro no futuro.

Não podemos deixar de ter em mente que a comunicação via satélite é fundamental para levar internet e conteúdo para muitas comunidades rurais, além de ser essencial para serviços públicos como saúde e educação em localidades remotas. Ainda, a comunicação via satélite desempenha papel relevante para os setores agrícolas, energético e de logística, que sustentam o PIB brasileiro. E devemos também considerar que a infraestrutura de satélites pode desempenhar um papel chave nos desafios de longo prazo, como a garantia da

segurança cibernética e defesa do país.

Além disso, em um momento em que o Brasil migra sua tecnologia de telefonia celular para a de 5ª geração (5G), novas oportunidades se abrem para a comunicação via satélite. Este plano contempla a ocupação de parte da Banda C (faixa de frequência 3,5 GHz) atualmente usada para a transmissão de TV gratuita via satélite (TVRO). A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) definiu que as emissoras passem a usar para a TVRO por satélite a Banda Ku. Na escolha da infraestrutura satelital a ser contratada para esta migração, é preciso responsabilidade para levar em conta, entre fatores sociais, comerciais e econômicos, a melhor solução técnica, que mantenha a qualidade dos serviços atualmente contratados e permita sua expansão. Sem configurar uma trava ao desenvolvimento e aos negócios.

Os desafios que se colocam à frente do Brasil em seu caminho inevitável para um futuro mais digital necessitam de uma visão estratégica sobre a infraestrutura existente da comunicação via satélite. Decisões fundamentais serão tomadas por atores desse mercado ao longo de 2022, que precisamos ser pensadas de forma estratégica e com visão de longo prazo, abertas a parcerias e empresas que podem aportar valor para o Brasil.